



Política

CDS QUER TECTO PARA PENSÕES



David Dinis
david.dinis@sol.pt

Helena Pereira
helena.pereira@sol.pt

Portas tem carta na manga para negociar e ganhar folga: impor um limite às pensões altas. Passos concordava antes de ir para o Governo. A medida está também no cardápio do FMI.

Paulo Portas acha que a fixação de um tecto para as pensões actuais deve ser discutida em concertação social, apurou o SOL, considerando-a uma boa alternativa para o Governo ganhar margem orçamental e para procurar melhores consensos sociais e políticos.

A ideia de colocar um limite máximo às pensões chegou a ser discutida entre o Governo e o FMI antes da apresentação do primeiro estudo – do próprio Fundo Monetário Internacional – sobre os cortes na despesa, que levantou enorme polémica em Janeiro. No documento final, era uma das alternativas propostas ao Governo para travar a despesa no sector. Em concreto, sugeria um limite de 12 IAS (Indexante de Apoios Sociais). A pensão máxima seria de 5.030 euros e permitiria poupar 200 milhões de euros.

Pedro Passos Coelho também já defendeu, em tempos, um tecto nas pensões – mais precisamente

quando estava na oposição. É preciso fazer uma reforma «mais ampla da Segurança Social para que o Estado não possa assegurar uma reforma superior a um determinado valor. Em

Espanha, por exemplo, ninguém tem uma reforma paga pelo Estado superior a 2.500 euros. Isto significa plafonamento e, no futuro, vamos ter de encontrar uma solução parecida com esta», defendeu, em 2010, prometendo apresentar um projecto de lei na Assembleia nesse sentido.

Isso não chegou a acontecer, mas já em campanha eleitoral,

um ano depois, Passos repetiria a ideia, sem detalhes.

Um quadro de notáveis

Em 2012, ano em que dispararam os pedidos de passagem à reforma, estavam atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) 1.697 pensões acima dos 5.000 euros (juntando-se quase 1.000 pensionistas do regime geral). Nos primeiros cinco meses deste ano,

contudo, foram concedidas apenas nove. No top estão um juiz desembargador, um conservador do Instituto dos Registos e Notariado, médicos directores de serviço e catedráticos.

Na casa dos 4.000 euros já é muito mais fácil encontrar mais reformados: professores do ensino superior, médicos, generais, altos-quadros de empresas públicas, como os CTT e a NAV.

O Presidente da República, Cavaco Silva (que acumula duas pensões, do Banco de Portugal e de professor universitário: cerca de 10.000 euros), a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves (pensão de juiz do Tribunal Constitucional, cerca de 7.200 euros), e o Provedor de Justiça, Alfredo de Sousa (de juiz conselheiro, cerca de 6.000), optaram por continuar a receber as suas reformas em vez de auferirem o salário do cargo que exercem.

Uma conduta que é criticada até por dirigentes do CDS, como Pedro Pestana Bastos: «Estranho país que paga mais de reformas do que de vencimentos às duas principais figuras do regime», escreveu o membro da Comissão Política centrista no seu Facebook.

→ AGITAÇÃO CENTRISTA

Ministros chamados ao guião da reforma

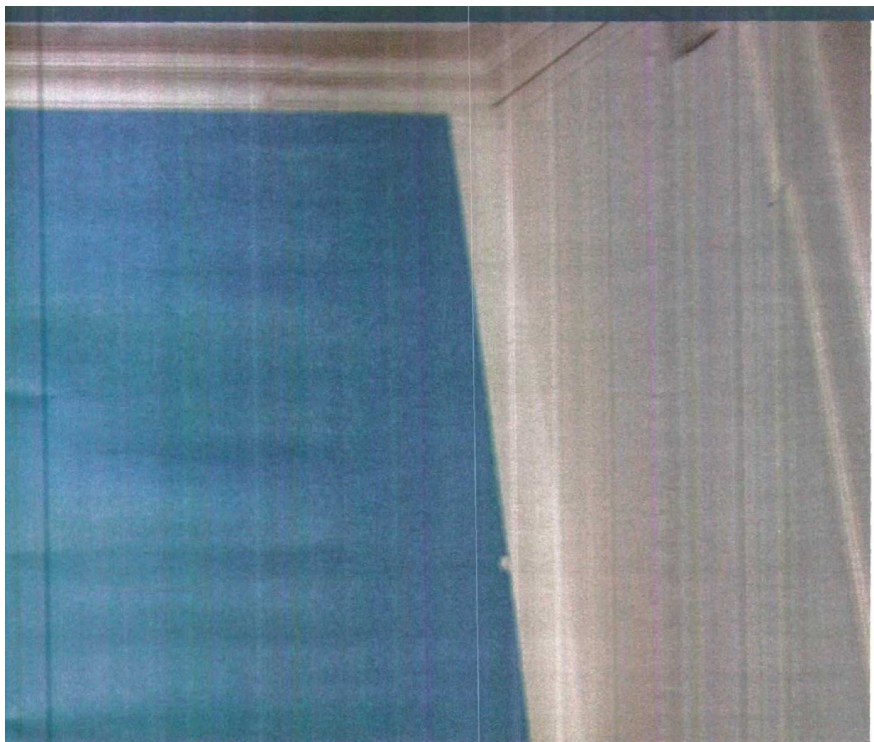
Paulo Portas pediu, na reunião do Conselho de Ministros no último domingo, contributos aos restantes ministros para o seu guião da reforma do Estado.

Segundo apurou o SOL, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros pediu a colaboração a título voluntário dos colegas de Governo para que dessem sugestões para mudanças e reorganização de serviços nas áreas que tutelam. Esse pedido, contudo, foi visto com alguma «desfaçatez» por parte de alguns membros do Governo, que têm assistido nos últimos meses ao que consideram ser uma progressiva desresponsabilização de Portas na tarefa de apresentar o célebre guião para a reforma do Estado. **H.P.**

Bagão vaticina fim da coligação

O ex-ministro da Segurança Social e das Finanças Bagão Félix considera que a coligação governamental está «ferida de morte» e que o seu fim é «só uma questão de tempo», na sequência das divergências públicas em torno da TSU dos reformados.

Félix – que foi indicado pelo CDS para aquelas pastas nos Governos AD com Durão Barroso e de Santana Lopes – afirmou ao SOL que «não há o mínimo de coordenação» e classifica de «estranhíssimo» o facto de, no final do Conselho de Ministros de domingo, fonte do Governo tenha passado a informação que o CDS teria aceite, a título «excepcional», uma nova taxa de sustentabilidade. **H.P.**



Maioria apreensiva com convergência

PSD e CDS querem aproximação progressiva da CGA ao regime geral por temerem chumbo no TC. Constitucionalista Rui Medeiros recomenda cautela.

A maioria está preocupada com a inconstitucionalidade da anunciada convergência das pensões da CGA (Caixa Geral de Aposentações) com as do regime geral.

Adão Silva, deputado do PSD que acompanha a Segurança Social, afirmou ao *SOL* que «a convergência é um acto com dor para os pensionistas da CGA, mas é uma necessidade». No entanto, defende «progressividade na adaptação» às novas regras, de forma a preservar a constitucionalidade.

«Não se pode fazer a convergência em três anos, seria uma absoluta violência», acrescenta, ao *SOL*, outro deputado do PSD,

salientando que a aproximação deveria levar 15 anos a concluir.

No CDS, impõe-se a cautela no que diz respeito à convergência das pensões, que o partido defende há vários anos no seu programa. «Deve ser progressiva, não levanta dúvidas constitucionais», afirmou ao *SOL* um dirigente. No Governo, Portas não levantou objecção à medida – mas tem a mesma dúvida.

É também essa a opinião do ex-ministro da Segurança Social, Bagão Félix. Realçando que os 740 milhões de euros previstos com esta medida significam que haverá corte imediato, Bagão considera que isso «destrói o contrato de confiança» entre o Estado e os pensionistas.

Constitucionalista aconselha alterações 'gradativas'

Rui Medeiros, professor de Direito Constitucional da Universidade Católica, põe o acento na cautela para a medida não chumbar.

Em declarações ao *SOL*, afirma

que «a possibilidade de afectar os actuais pensionistas não tem, à partida, qualquer inconstitucionalidade». Mas avisa que o caminho deve passar «por soluções diferenciadas».

«O justo não pode pagar pelo pecador», afirma Medeiros. E aconselha: «À semelhança do que se passou com a lei das rendas, é importante prever alterações gradativas e faseadas. O que é inaceitável é que, de um dia para o outro, um pensionista sofra um corte relevante na sua pensão».

Rui Medeiros é mais céptico sobre as hipóteses de o Governo ser bem sucedido na chamada 'TSU dos pensionistas'. «Uma medida que atinja, de forma geral e indiferenciada, apenas os actuais pensionistas, agravará a discriminação a que têm sido sujeitos. Um novo agravamento da situação dos pensionistas dificilmente passará ao Tribunal Constitucional».

H.P. e Manuel A. Magalhães